

## GUARANI

# Não à barragem do rio Capivari

*Os Guarani de Itanhaém lutam contra a obra que a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo quer construir nas terras deles*

“**N**ós somos a raiz e estamos lagrimando, como vocês quando estão com os filhos doentes”. Com esse lamento, Fernando Branco da Silva, da organização indígena Nemboaty Guasu Guarani, exprimi o sentimento dos Guarani em relação à proposta de construção de uma barragem que vai afetar diretamente a aldeia Rio Branco, em Itanhaém, litoral Sul de São Paulo. “Por que os brancos não limpam a Guarapiranga? Por que não limpam o Tietê? Por que querem secar a cabeceira do rio que usamos”? A perplexidade desse líder indígena da aldeia de Itariri, próxima dali, e as perguntas eram dirigidas a trinta representantes de entidades, advogados, ambientalistas e outras pessoas convidadas para a reunião na aldeia Rio Branco, em 4 de fevereiro. Denominada por alguns índios de “encontro de solidariedade”, essa aliança foi mais um passo dos Guarani na luta contra a construção de uma obra que afeta diretamente o modo de vida em três aldeias.

Nos três dias que antecederam o “encontro de solidariedade”, lideranças Guarani dos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Paraná realizaram, na mesma aldeia, a Assembléia Regional da Nemboaty Guasu Guarani. Participou também da assembléia Orlando Baré, representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil. Saúde, educação, subsistência, cultura e demarcação das terras foram os temas da Assembléia. O assunto prioritário foi a obra de aproveitamento do rio Capivari, para bombear água para o reservatório da Guarapiranga, em São Paulo. Se não forem barradas, as obras vão alterar totalmente a vazão do Rio Branco, que corta a aldeia do mesmo nome, interferindo na vida dos índios, além de permitir a entrada de cerca de 700 peões em suas terras durante quase três anos.

## Mobilização barra obras

Na assembléia e na reunião com os “brancos”, os Guarani deixaram cla-



Marcelino Benitez: “Não podemos deixar fazer esta barragem por causa das nossas crianças”

ro que não aceitam o projeto da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). “Não queremos a barragem. Queremos a solução de todos os nossos problemas com a participação das comunidades envolvidas e organizações indígenas representativas”, firmaram os Guarani em documento entregue, posteriormente, à Sabesp.

Desde 1990, a mobilização dos Guarani e o apoio de organizações como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), e ainda a mobilização de ambientalistas, especialmente da Fundação SOS Mata Atlântica, têm sido fundamentais para impedir o início da obra. Há quase um ano, a Campanha de Saneamento tenta, inutilmente, marcar uma audiência pública, fundamental no processo de licenciamento ambiental de uma obra desse porte. Marcou, sem convidar oficialmente representantes da comunidade Rio Branco, uma audiência em dezembro

passado, que foi repudiada. A mobilização permanente assegurou que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente devolvesse à Sabesp o Estudo de Impacto Ambiental (EIA)/Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (Rima), o principal documento da audiência pública, o que permitiu o seu adiamento, sem prazo.

No dia 23 de fevereiro passado, a Secretaria do Meio Ambiente devolveu pela segunda vez o EIA/Rima à Sabesp. Foi mais um forte sinal de que a luta dos Guarani pode reverter o quadro, obrigando a companhia de Saneamento a desistir da obra e procurar alternativas de abastecimento para São Paulo. Antônio Werá Kwaray, da Nemboaty Guasu Guarani do Espírito Santo, traduziu e resumiu o recado de todos os Guarani à Sabesp: “Essa barragem não pode ser construída porque a comunidade não aceita. A Constituição tem que ser respeitada. Eles fizeram a lei, por que não vão cumprir?”

## Por causa das nossas crianças...

O velho líder da aldeia Rio Branco, Marcelino Benitez, gesticula, enquanto fala, atravessa a casa da reunião em segundos, e dá seu recado, em guarani, as crianças, às mulheres, aos velhos e velhas, aos jovens líderes, que o acompanham atentamente. Manoel de Werá, o Manequinho, o líder mais jovem, traduz aos “brancos” o discurso de Marcelino: “Por causa das nossas crianças, da nossa cultura, de nossos avós, não podemos deixar fazer essa barragem”. Outro líder da aldeia Rio Branco, Ângelo Silveira, reforça as palavras de Marcelino: “Quando Deus criou o céu e a terra não falou para destruir a natureza. Queremos preservar a natureza, por isso somos contra essa barragem. Não aceitamos a barragem porque vai prejudicar muito nossa vida. Vai trazer mais de 700 homens trabalhando lá em cima, vai trazer muitos problemas. Vamos beber água suja”.

Teodoro Alves Tupã’í, da aldeia Guarani do Ocoí, no Paraná, que teve sua área inundada, lembrou que até hoje não foram solucionados muitos dos problemas trazidos para a comunidade pela construção da barragem de Itaipu. “A barragem, quando sair, vai causar muitos problemas: malária, dor de ouvido, gripe fora de tempo e muitas outras”. E reforçou a solidariedade do Ocoí: “Eles só vão construir a barragem aqui depois de matar todos nós, Guarani”.

Orlando Baré, coordenador da COIAB, deu o recado dos povos da Amazônia: “Hoje estamos abraçando uma luta conjunta. O governo diz que não tem dinheiro para fazer a demarcação das terras indígenas. Como é que tem dinheiro para fazer essa barragem? Por que quer um modelo de Primeiro Mundo, que não serve para nós”? Apesar das ameaças que pesam sobre os povos indígenas, Orlando Baré avaliou que “há esperanças” e conclamou todos os líderes Guarani a “reforçar a luta pela defesa de nossos territórios”.

Railda Herrero  
Ex-editora do PORANTIM

## Lideranças visitam o local das obras

Uma semana após a Assembléia Regional da Nemboaty Guasu Guarani, na Aldeia Rio Branco, um grupo de lideranças dessa comunidade foi visitar os locais onde a Sabesp quer construir a barragem do rio Capivari. Acompanhado da procuradora Ana Lúcia Amaral e de velhos, crianças e velhas que, apesar de

não entenderem português, queriam conhecer o problema que aflige a todos, o grupo deixou claro que a visita não significava a concordância com a obra. Atendendo à solicitação de técnicos da Sabesp, o grupo foi aos três pontos de barramentos da obra, calculada em US\$ 130 milhões. Manoel Werá, o

Manequinho, deixou claro que a comunidade Guarani não consegue entender por que tem que perder grande parte do rio que sempre lhe pertenceu, com seus peixes; por que tem que ver suas trilhas invadidas por centenas de peões que vão se instalar no topo da serra do mar. A extensão dos problemas que

podem ter com a obra ainda é de difícil compreensão para todos.

Grande parte da comunidade não fala português e vive sua cultura, apesar da proximidade com os centros urbanos. Mas durante a visita foram firmes e reiteraram que não aceitam a barragem do rio Capivari.

# Os Guarani não estão sozinhos

O presidente do Conselho Indigenista Missionário, que é bispo de Registro, no litoral Sul de São Paulo, Dom Aparecido José Dias, foi um dos convidados do "encontro de solidariedade" aos Guarani ameaçados pela barragem. "O Cimi apóia a luta contra a barragem, pois a obra contraria o direito que vocês têm de viver suas vidas, toda maneira de organizar suas vidas", afirmou. Ele acrescentou que "estamos à disposição de vocês para ajudar a convencer os outros que não têm o direito de fazer isto".

O advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, que quando era vice-prefeito de São Paulo deu total apoio à causa dos Guarani, lembrou a todos que os efeitos da barragem podem ser mais perversos do que o esperado. "Visitei Balbina e Tucuruí e pude verificar que o que aconteceu com os povos indígenas de lá, depois que passou o tempo, teve repercussões maiores do que as esperadas". Greenhalgh prestou sua solidariedade na reunião da aldeia Rio Branco, colocando seus serviços e de seus colegas à disposição dos Guarani "para evitar que o mesmo problema se repita aqui".

Representantes de deputados do Partido Verde, vereadores, indigenistas, antropólogos, advogados e ecologistas colocaram-se à disposição para conscientizar a



Fotos: Ralida Herrero

Crianças Guarani: futuro ameaçado

população de São Paulo do problema que a obra representa.

A procuradora da República Ana Lúcia Amaral, especialmente convidada para o encontro, tentou traduzir a difícil burocracia do funcionamento da lei "branca" e das brechas onde os índios podem se apegar. "Vocês têm que sensibilizar os homens que aplicam as leis para que eles sintam, como eu estou sentindo aqui, ho-

je, a realidade de vocês". A procuradora explicou que o Ministério Público pediu, de acordo com a Constituição, que não se construa a obra e que o juiz atendeu à solicitação, mas a ação não está vencida. "Vocês precisam bater em todas as portas", reiterou. "Precisam falar e falar alto. Precisam dizer do sentimento de vocês aos juizes. Vocês precisam mostrar a eles a realidade que eu vi aqui".

## Uma obra cara e desnecessária

Se for concretizada, a barragem do rio Capivari afetará o modo tradicional de vida de 217 Guarani que vivem nas aldeias Rio Branco, Crucutu e Barragem. Alterará sensivelmente o regime de vazão do rio Branco, que corta a aldeia Rio Branco, reduzindo a pesca de subsistência. Além disso, provocará a inundação de 350 hectares de terras recobertas de vegetação primária da Mata Atlântica. Muitos afirmam que o cálculo está subestimado e que a inundação poderá atingir cerca de 1.200 hectares de área da mata, tombados pelo Patrimônio Histórico. A barragem poderá atingir também o manguezal de Itanhaém, com a mudança da vazão do rio.

Muitos ambientalistas consideram a obra cara e desnecessária. Há quem sugira até que não passa de um "esquema de caixa" para a campanha eleitoral de um certo ex-governador (Orestes Quércia, NE) à Presidência da República. Os três barramentos no rio Capivari, segundo o projeto



Manoel Werá, Manequinho: o líder mais jovem não entende por que seu povo teria que sofrer prejuízos

da Sabesp, teriam a finalidade de alimentar reservatórios que jogariam água limpa na represa poluída de Guarapiranga. Esta represa abastece 1/3 da população de São Paulo, mas está ameaçada de virar esgoto a céu aberto em quatro anos, por falta de fiscalização e cumprimento da lei para proteger os mananciais que a abastecem. Enquanto a Sabesp quer jogar água limpa na represa poluída, o prefeito Paulo Maluf interrompe o programa de urbanização de favelas no município de São Paulo. O governo municipal anterior estava implementando um amplo programa de urbanização de todos os córregos que atravessam as favelas e despejam águas poluídas na Guarapiranga.

Soma-se à falta de proteção da represa Guarapiranga o desperdício calculado por ambientalistas da ordem de 30% da água consumida em São Paulo, por problemas de vazamentos na rede de abastecimento e gastos desnecessários. (R.H.)

## Vereadores apóiam luta dos Guarani

Uma moção de apoio à luta dos Guarani e outra de repúdio à Sabesp, foram apresentadas à Câmara de Vereadores de Itanhaém no dia 15 de fevereiro último pelos vereadores Ernesto Bechelli, Josiane Maria Caetano e José Carlos Pedrosa de Siqueira.

Na primeira moção, eles afirmam que a barragem da Sabesp "trará sérios prejuízos ambientais e sociais". E informam que na concepção original, que incluía o rio Capivari e também o rio Monos, a obra interromperia trilhas tradicionais dos índios Guarani e afetaria sensivelmente o regime de vazão do rio Branco, que corta a aldeia indígena Rio Branco, provocando a inundação de 350 hectares de vegetação primária da mata atlântica.

Por causa da mobilização dos Guarani e de organizações da sociedade civil, dizem os vereadores, "surgiram alterações no projeto, que mesmo assim não garantem que o modo de vida dos Guarani e o equilíbrio ambiental da região não sejam significativamente afetados". A moção atribui também à luta dos Guarani a interrupção e o adiamento do projeto além da liminar de iniciativa da Procuradoria da República, que impediu "qualquer início de obras do referido empreendimento".

"Com esta moção — concluem os vereadores — queremos demonstrar o apoio dos vereadores de Itanhaém à luta Guarani em nossa região e no Brasil, através, principalmente, da sua organização Nemboaty Guasu Guarani, no resgate dos seus direitos e sua história".

O segundo documento afirma que o Estudo de Impacto Ambiental deixa bem claro que a barragem alteraria o regime de vazão do rio Itanhaém, eliminaria seus manguezais e provocaria grande problema social para os Guarani da aldeia do Rio Branco. "Causa-nos espanto que obra de tal porte de influência não seja motivo de discussão com as partes envolvidas, nesse caso a população e autoridades de Itanhaém", protestam os vereadores. Eles exigem "desde já, que se inicie um processo de debates e esclarecimento com toda a população e representantes das sociedades organizadas, que se preocupam com o projeto e, principalmente, os Guarani da região".